

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO N.º 06/AP-OSCE/2025

Aquisição de serviços de interpretação simultânea para a AP- OSCE-2025

ÍNDICE

PARTE I	4
DISPOSIÇÕES JURÍDICAS	4
Capítulo I	4
Disposições Iniciais	4
Artigo 1.º	4
Objeto	4
Artigo 2.º	4
Local da prestação de serviços	4
Artigo 3.º	4
Prazo	4
Artigo 4.º	4
Preço Base	4
Artigo 5.º	6
Condições de pagamento	6
Artigo 6.º	7
Mecanismos formais de acompanhamento	7
Artigo 7.º	8
Sigilo e confidencialidade	8
Artigo 8.º	8
Patentes, licenças e marcas registadas	8
Capítulo II	9
Penalidades e resolução	9
Artigo 9.º	9
Penalidades	9
Artigo 10.º	10
Resolução do contrato pela entidade adjudicante	10
Artigo 11.º	11
Resolução do contrato pelo(a) adjudicatário(a)	11
Artigo 12.º	12
Casos fortuitos ou de força maior	12
Artigo 13.º	13
Garantia	13
Capítulo III	13
Disposições finais	13
Artigo 14.º	13
Subcontratação e cessão da posição contratual	13
Artigo 15.º	14
Notificações e comunicações	14
Artigo 16.º	14
Gestor do contrato	14
Artigo 17.º	14
Documentos contratuais	14

Artigo 18.º	14
Legislação aplicável	14
PARTE II	15
REQUISITOS TÉCNICOS	15
Artigo 19.º	15
Especificação dos serviços	15
Artigo 20.º	15
Obrigações do(a) adjudicatário(a)	15
Artigo 21.º	17
Equipa a afetar ao contrato	17
Artigo 22.º	18
Caracterização dos espaços onde se prevê que venham a decorrer as reuniões/conferências	18
Artigo 23.º	18
Qualidade da interpretação	18
Artigo 24.º	19
Documentação das reuniões	19

PARTE I
DISPOSIÇÕES JURÍDICAS

Capítulo I
Disposições Iniciais

Artigo 1º

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a *“aquisição de serviços de Interpretação Simultânea para a AP-OSCE-2025”*.
2. As condições dos serviços a prestar encontram-se descritas nos artigos do presente caderno de encargos e respetivos anexos, que dele fazem parte integrante.

Artigo 2º

Local da prestação de serviços

Os serviços previstos no presente caderno de encargos serão prestados no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, sito na Rua Nova da Alfândega, no Porto.

Artigo 3º

Prazo para a prestação dos serviços

1. A AP-OSCE-2025 decorrerá por 5 (cinco) dias, entre 29/06/2025 e 03/07/2025, durante os quais deverão os serviços objeto do presente procedimento ser prestados, conforme previsto no presente caderno de encargos e respetivo anexo.
2. Os serviços extraordinários a prestar ao abrigo do presente contrato podem sê-lo, tanto nos dias indicados no número anterior, como noutros para o efeito indicados pela Assembleia da República, desde que solicitados em cumprimento do contratualmente previsto.

Artigo 4º

Preço Base

1. A Assembleia da República pagará ao adjudicatário, pelos serviços a prestar objeto do presente caderno de encargos, o preço global por este indicado em sede de proposta, cujo montante não

- poderá exceder os 9.279,00 € (nove mil duzentos e setenta e nove euros), acrescidos de IVA à taxa legal aplicável (23%).
2. O adjudicatário, em sede de proposta, deverá decompor o valor máximo a pagar pelos serviços objeto do presente procedimento, pelas seguintes componentes:
- a) Componente fixa do contrato, respeitante aos serviços a prestar conforme previsto no anexo I do presente Caderno de encargo, cujo preço global não poderá ultrapassar os € 7.879,00 (sete mil oitocentos e setenta e nove euros) acrescidos de IVA à taxa legal aplicável, e;
 - b) Componente variável do contrato, respeitante aos serviços a prestar ao abrigo de uma bolsa de horas extraordinárias, num esforço total de 20 (vinte) horas, cujo valor unitário (por hora) não poderá ultrapassar os € 70,00 (setenta euros), perfazendo um preço global para a presente componente que não poderá ultrapassar os € 1.400,00 (mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal aplicável.
3. O preço global da proposta será o resultante do somatório dos valores correspondentes às componentes fixa e variável do contrato.
4. A Assembleia da República pagará ao adjudicatário apenas o preço correspondente aos serviços inerentes às reuniões e horas extraordinárias que tenham efetivamente lugar, sendo que para este efeito, deverão ser tidas em consideração as seguintes regras:
- a) No que diz respeito aos serviços a prestar inerentes à componente fixa do contrato a Assembleia da República poderá, até 7 dias (contados de forma corrida) antes da data prevista para a respetiva prestação, comunicar por escrito ou, em caso de manifesta urgência, por via telefónica, ao adjudicatário, a sua não prestação, não sendo em relação aos serviços que não forem realizados nestes termos devido qualquer pagamento, por parte da Assembleia da República, ao adjudicatário, e;
 - b) Os serviços a prestar ao abrigo da componente variável do contrato, salvo acordo entre as partes em contrário, deverão ser solicitados pela Assembleia da República, ao adjudicatário, por escrito ou, em caso de manifesta urgência, por via telefónica, com uma antecedência mínima de 12h sobre a data prevista para a sua prestação, salvo quando decorram de continuação de trabalhos previstos no anexo I do presente CE.
5. O preço máximo acima referido inclui todos os custos, encargos e despesas necessários para efeitos de cumprimento pelo adjudicatário das obrigações contratualmente assumidas, presentes no presente caderno de encargos e na demais documentação que fará parte do contrato, como seja os

respeitantes a direitos de autor e autorização para gravação, cuja responsabilidade de pagamento não esteja expressamente atribuída à Assembleia da República.

Artigo 5º

Condições de pagamento

1. O pagamento do preço respeitante à componente fixa do contrato será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) fatura(s) correspondente(s) pelo adjudicatário, as quais apenas podem ser emitidas depois de prestados, e aceites pela Assembleia da República, os serviços correspondentes.
2. A parte do preço respeitante à componente variável do contrato será paga em função do número de horas extraordinárias de serviços prestados pelo adjudicatário para além das previstas no anexo I do presente caderno de encargos, multiplicadas pelo respetivo preço unitário vertido em sede de proposta, só sendo devido pela Assembleia da República, ao adjudicatário, o valor das horas extraordinárias efetivamente prestadas por este último, também no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação da fatura correspondente.
3. No que diz respeito aos serviços prestados ao abrigo da componente variável do contrato, o adjudicatário deverá remeter à Assembleia da República, nos primeiros 5 (cinco) dias úteis posteriores à sua prestação, um resumo com o total do número de horas extraordinárias de serviços prestados.
4. O resumo de horas referido no número anterior deverá indicar, no mínimo, os dias em que os serviços foram prestados, as horas em que tiveram lugar, e o interprete, ou interpretes, que os prestaram.
5. Em caso de discordância por parte da AR, quanto aos valores indicados nos resumos de horas que lhes forem remetidos, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prestar os esclarecimentos necessários ou, em alternativa, proceder à emissão de novo resumo de horas, devidamente corrigido.
6. Os resumos de horas referidos nos números anteriores e respetivo conteúdo, só se consideram válidos para todos os efeitos legais e contratuais, depois de aceites expressamente pela Assembleia da República.

7. As faturas a emitir pelo adjudicatário deverão discriminar de forma expressa o tempo real de trabalho de cada intérprete em dias/horas, a que componente do contrato dizem respeito, assim como a reunião em que os serviços foram prestados.
8. A Assembleia da República poderá formular reservas à faturação apresentada, aceitando-a total ou parcialmente, notificando desse facto o(a) adjudicatário(a), no prazo de 5 (cinco) dias após o conhecimento daquela, solicitando-lhe que este proceda à respetiva retificação da mesma.
9. O(a) adjudicatário(a) poderá, se assim o desejar, formular reservas à aceitação parcial, apresentando, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao conhecimento daquela, reclamação em que se especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas e os correspondentes valores a que se ache com direito.
10. Findo o prazo fixado no número anterior sem que o(a) adjudicatário(a) tenha apresentado reclamação, a Assembleia da República assumirá o silêncio como consentimento, entendendo-se que o(a) adjudicatário(a) aceitará a redução efetuada e exigirá, num prazo de 8 (oito) dias, a substituição da fatura ou o crédito a que houver lugar.
11. Em caso de desacordo sobre o montante indicado nas faturas, a Assembleia da República efetuará o pagamento relativo ao montante que entende aceitar, sem prejuízo de acerto posterior.
12. Qualquer atraso no pagamento de faturas não autoriza o(a) adjudicatário(a) a invocar exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbam, salvo nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 6.º

Mecanismos formais de acompanhamento

1. Durante a vigência do contrato, assiste à Assembleia da República a faculdade de proceder à análise da execução das prestações contratualmente fixadas, tendo em vista verificar se estão em conformidade com o contratualmente estabelecido.
2. No caso de a análise prevista no número anterior detetar a existência de defeitos ou insuficiências nas prestações a levar a cabo, a Assembleia da República notifica desse facto o adjudicatário por escrito ou, em casos de manifesta urgência, por via telefónica, sem prejuízo da possibilidade de, desde logo, aplicar as penalidades previstas no presente caderno de encargos.

3. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e em tempo útil, definido pela Assembleia da República, às correções necessárias para garantir a conformidade das suas prestações, com as obrigações contratualmente fixadas.
4. O adjudicatário é o único responsável pela condução dos seus intérpretes na execução dos trabalhos.

Artigo 7º

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário obriga-se a observar o mais estrito sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relacionada com a atividade da AR ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos no fornecimento ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Para além das ações penais, civis e processos disciplinares que ao caso couber, o(a) adjudicatário(a) pagará à entidade adjudicante uma compensação pela divulgação, seja por que meio for, de factos relativos à Assembleia da República, aos Deputados, funcionários ou outros agentes vinculados à entidade pública contratante, num montante calculado pela seguinte fórmula: **C = RMMG x 50**, em que: C – Montante da compensação (em euros) e; RMMG – remuneração mínima mensal garantida em vigor.
3. O disposto no número anterior não é aplicável em caso de imposição legal ou judicial de comunicação de factos sigilosos, desde que sejam cumpridos os estritos termos e objetivos inerentes à obrigação de comunicação.
4. A aplicação pela Assembleia da República da compensação prevista no n.º 2 do presente artigo, obedece às regras previstas no presente caderno de encargos para a aplicação de penalidades.

Artigo 8º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as

despesas que, em consequência, haja lugar e de todas as quantias que tenha que pagar, seja a que título for.

Capítulo II

Penalidades, resolução e proteção de dados

Artigo 9º

Penalidades

1. No caso de mora ou cumprimento defeituoso das prestações do contrato por parte do adjudicatário, poderá a Assembleia da República interpelá-lo para cumprir pontualmente as tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse na prestação, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhes cumprimento imediato, bem como suportar todos os danos que a Assembleia da República sofra na sequência de tais factos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior e da obrigação de indemnizar por parte do(a) adjudicatário(a), poderá a Assembleia da República aplicar-lhe penalidades, calculadas de acordo com a seguinte fórmula matemática:

$$P = C \times D / 75$$

Em que:

P = corresponde ao montante da penalização;

C = é o preço contratual previsto no contrato para a totalidade dos serviços a prestar, e;

D = é o número de dias (ou horas quando estiver em causa esta unidade de medida de tempo) de atraso no cumprimento de qualquer obrigação contratual, a contar da data (ou hora) em que a mesma deveria ter tido lugar.

3. As penalidades previstas no número anterior, são aplicáveis sempre que se verifique uma situação de incumprimentos pelo adjudicatário das suas obrigações.
4. A aplicação das sanções acima referidas será efetivada a critério da entidade adjudicante, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
5. As penalidades previstas na presente cláusula não afastam o direito da entidade adjudicante de ser indemnizada, nos termos gerais, quando se verifiquem os fundamentos de facto e de direito para o efeito.

6. A aplicação de penalidades pela entidade adjudicante nos termos previstos nos números anteriores, deverá ser precedida de comunicação endereçada ao(a) adjudicatário(a), onde será feita menção à intenção de aplicação de penalidades, o seu valor, o respetivo fundamento e a indicação de que o mesmo dispõe de um prazo de 10 (dez) dias úteis para efeitos de exercício do seu direito de audiência prévia.
7. Decorrido o prazo de audiência prévia, deverá a entidade adjudicante comunicar ao adjudicatário se mantém, ou não, a aplicação das penalidades, e em caso afirmativo, conceder-lhe um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis para levar a cabo o respetivo pagamento.
8. O não cumprimento de cláusulas do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos prejuízos acusados à Assembleia da República, poderá constituir fundamento para resolução imediata do contrato, nos termos legalmente aplicáveis.
9. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Assembleia da República tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do(a) adjudicatário(a) e as consequências do incumprimento.
10. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

Artigo 10º

Resolução do contrato

1. A entidade adjudicante reserva-se ao direito de resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo(a) adjudicatário(a) das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 334.º, 335.º e 448.º do CCP.
2. Em tais circunstâncias, a entidade adjudicante comunicará, por escrito, ao adjudicatário as deficiências do serviço, fixando um prazo para a sua regularização, findo o qual, se as anomalias não tiverem sido totalmente corrigidas, terá lugar a resolução do contrato que será comunicada ao adjudicatário, mediante carta registada com aviso de receção, na qual serão indicadas as razões que a entidade adjudicante considera justificativas da resolução.
3. Sem prejuízo da resolução do contrato nos termos previstos nos pontos anteriores, a entidade adjudicante mantém o direito ao pagamento das indemnizações e penalidades aplicáveis nos termos do presente caderno de encargos ou de qualquer disposição legal vigente.
4. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e condições estabelecidos no artigo 332.º do CCP.

5. A resolução será eficaz a partir da data de receção por qualquer das Partes da respetiva carta registada com aviso de receção, que indicará os fundamentos de facto e de direito da resolução.

Artigo 11.º

Proteção de dados

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação de proteção de dados aplicável, em particular, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, (adiante, RGPD), bem como, a Lei de Execução Nacional aprovada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, durante a vigência do contrato, nomeadamente as seguintes, conforme anexo II do presente caderno de encargos:
- a) Garantir a confidencialidade dos dados pessoais a que tenha ou venha a ter acesso por via do presente contrato, ou qualquer ato relacionado direta ou indiretamente a decorrer deste, nomeadamente, assegurando que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso por via do presente, apenas para as finalidades previstas no presente contrato e segundo as instruções da Assembleia da República;
 - c) Informar a Assembleia da República, caso considere que alguma das instruções por esta providenciada possa dar origem ao incumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
 - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas de segurança, adequadas a assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados pessoais, bem como a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento, designadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD, a fim de impedir a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como, qualquer outra forma de tratamento ilícito dos dados pessoais;
 - e) Não subcontratar o tratamento de dados pessoais da entidade adjudicante, sem a sua prévia autorização escrita;
 - f) Em caso de autorização de subcontratação, impor ao subcontratado as obrigações em matéria de proteção de dados estabelecidas no presente contrato;

- g) Notificar a Assembleia da República de quaisquer transferências de dados pessoais para país fora do Espaço Económico Europeu e que não apresente um nível adequado de proteção;
 - h) Informar a Assembleia da República, com a maior brevidade possível, em caso de efetivo ou potencial incidente de violação de dados pessoais;
 - i) Prestar assistência à Assembleia da República no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, bem como as obrigações estabelecidas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
 - j) Disponibilizar à Assembleia da República todas as informações necessárias para que sejam cumpridas todas as obrigações a que o Cocontratante esteja sujeito, contribuindo para auditorias, inspeções e demais fiscalizações conduzidas pelo Responsável pelo Tratamento, quando necessário e aplicável;
 - k) Sensibilizar o pessoal autorizado no âmbito do tratamento dos dados para as questões relacionadas com privacidade, proteção de dados e segurança da informação, garantindo ainda, a necessária formação ao correto manuseamento dos mesmos, e;
 - l) Finda a prestação de serviços, apagar ou devolver, segundo o critério da Assembleia da República, todos os dados pessoais tratados por sua conta, apagando as cópias existentes, sem prejuízo de conservação posterior que seja legalmente exigida.
2. Pelo contrato a celebrar, o adjudicatário declara possuir garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.
3. O adjudicatário tratará dados pessoais por conta da Assembleia da República para as seguintes finalidades: *“Aquisição de serviços de Interpretação Simultânea para a AP-OSCE-2025”*.
4. Para efeitos do presente caderno de encargos o adjudicatário tratará dados de identificação, contacto, profissionais, fiscais e financeiros, pertencentes às seguintes categorias de titulares de dados: Assembleia da República, funcionários parlamentares e dos grupos parlamentares e Deputados.

Artigo 12º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes pode ser responsável pelo incumprimento ou pelo cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, na estrita medida em que se verifiquem casos de força maior, sendo

considerados casos de força maior as circunstâncias que impossibilitam o cumprimento das obrigações emergentes do contrato, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova do mesmo.
4. A verificação de uma situação de força maior determina, sempre que tal for possível, a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.
5. Caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 30 dias contados de forma corrida, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, mediante comunicação enviada à outra parte

Artigo 13.º

Garantia

O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os serviços prestados, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II do caderno de encargos.

Capítulo III

Disposições finais

Artigo 14º

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a terceiros, total ou parcialmente, a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, nomeadamente subcontratar, sem autorização prévia da entidade adjudicante.
2. Para efeitos de obtenção da suprarreferida autorização, deverá o(a) adjudicatário(a) observar o previsto sobre esta matéria no artigo 318.º do CCP.

Artigo 15º

Notificações e comunicações

1. As comunicações a efetuar no âmbito da normal execução do contrato deverão privilegiar o correio eletrónico e, em casos de urgência, o telefone, com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza do conteúdo.
2. O adjudicatário deverá indicar na sua proposta, os contactos a utilizar preferencialmente pela entidade adjudicante, em sede de execução do contrato, designadamente, o seu endereço de correio eletrónico, assim como, contacto telefónico móvel.
3. Qualquer alteração das informações de contacto das partes deve ser comunicada à outra parte no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do conhecimento dessa alteração.

Artigo 16.º

Gestor do contrato

A entidade adjudicante, dando cumprimento ao previsto no artigo 290.º-A do CCP, designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste último.

Artigo 17º

Documentos contratuais

1. Fazem parte integrante do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros.

Artigo 18º

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

PARTE II

REQUISITOS TÉCNICOS

Artigo 19.º

Especificação dos serviços

1. O presente caderno de encargos visa a contratação de serviços de interpretação consecutiva e simultânea de português/inglês, para as reuniões a ter lugar no âmbito da AP-OSCE-2025, entre o dia 29/06/2025 e 03/07/2025.
2. A interpretação deverá ser fiel, respeitando o conteúdo e o espírito da mensagem dos emissores.
3. A interpretação deverá utilizar uma linguagem tecnicamente correta e adequada ao léxico dos temas em debate e ao nível dos oradores, assim como compreensível e acessível para todos os destinatários.
4. Os serviços deverão ser prestados por intérpretes a afetar à entidade adjudicante, devidamente habilitados e com experiência na interpretação deste tipo de reuniões/conferências ao nível da UE, de acordo com o estabelecido na cláusula 21.º.

Artigo 20º

Obrigações do(a) adjudicatário(a)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Envidar os seus melhores esforços no sentido de que os serviços prestados correspondam a elevados padrões de qualidade e diligenciar para que as necessidades da entidade adjudicante sejam satisfeitas;
 - b) O adjudicatário obriga-se a prestar os referidos serviços nos dias indicados no artigo anterior, independentemente da hora em que os mesmos sejam necessários, sendo, porém, expectável que os mesmos ocorram maioritariamente em horário laboral, conforme previsto no anexo I do presente caderno de encargos;
 - c) Por forma a aceder às instalações onde os serviços deverão ser prestados o adjudicatário deverá identificar os recursos humanos (cartão do cidadão/bilhete de identidade e registo criminal) que irão ser afetos à execução do contrato;

- d) O adjudicatário deve assegurar a correta utilização das instalações e demais equipamentos que lhe tenham sido confiados pela entidade adjudicante, respeitando as instruções de funcionamento, as regras de segurança aplicáveis e as indicações que lhe tenham sido dadas pela entidade adjudicante;
- e) O adjudicatário deve assegurar a disciplina e boa apresentação do seu pessoal e proceder à gestão efetiva dos recursos humanos e meios materiais afetos à prestação dos serviços objeto do caderno de encargos;
- f) A entidade adjudicante pode solicitar a imediata substituição de qualquer membro do quadro de recursos afetos à prestação de serviços, cuja permanência ao serviço considere inconveniente designadamente por motivos de segurança, higiene, trato social, ou, de um modo geral, quando o perfil se revele inadequado ao exercício das funções que lhe estejam cometidas;
- g) O adjudicatário é ainda responsável pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à sua qualidade de entidade empregadora, em especial as que respeitam à segurança, saúde no trabalho e à formação profissional;
- h) O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todos os recursos humanos afetos à prestação de serviços objeto do presente caderno de encargos, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações;
- i) O adjudicatário deverá acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança dos recursos humanos afetos à prestação de serviços;
- j) O adjudicatário é ainda obrigado a cumprir com as disposições e imposições relativas à gestão ambiental da entidade adjudicante.

2. No caso de negligência do adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, a entidade adjudicante pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do adjudicatário.

3. O adjudicatário responde, a qualquer momento, perante a entidade adjudicante, pela inobservância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todos os recursos humanos afetos à prestação dos serviços objeto do presente caderno de encargos.

Artigo 21º

Equipa a afetar ao contrato

1. A equipa técnica a afetar ao contrato, com as ressalvas dos números seguintes, integrará técnicos com os perfis adequados ao trabalho em causa, reservando-se a entidade adjudicante ao direito de acompanhar com recurso a elementos seus, junto da equipa técnica do adjudicatário a afetar ao contrato, o desenvolvimento dos trabalhos, de forma a garantir a correta integração desta última nas especificidades da APOSCE.
2. Durante a execução do contrato, o adjudicatário deverá comunicar de imediato à entidade adjudicante qualquer alteração que pretenda levar a cabo na equipa técnica a afetar ao presente contrato, identificada na respetiva proposta.
3. Em caso de substituição definitiva de algum elemento da equipa, o novo elemento deve reunir, o mesmo nível de habilitação e experiência do elemento substituído, podendo a Assembleia da República recusar ou solicitar a substituição dos elementos da equipa que, em cada uma das funções, não correspondam ao perfil, ou não reúnam as qualificações específicas para o seu exercício.
4. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, a entidade adjudicante reserva-se ao direito de fundamentadamente propor a exclusão de um ou mais elementos da equipa técnica a afetar a este contrato, decisão que se deverá ter por definitiva e não sindicável.
5. O(a) adjudicatário(a) deverá afetar ao contrato a celebrar uma equipa de trabalho com a dimensão mínima prevista no anexo I, no que aos intérpretes necessários diz respeito, à qual deverá acrescer um coordenador, com os seguintes perfis:
 - a. **O Coordenador**, irá assessorar a estrutura da AR e facilitar os trabalhos a desenvolver pela equipa, sendo o principal interlocutor com a estrutura de coordenação a designar pela AR;
 - b. **Intérpretes:**
 - i. Ser membro da AIIC (Associação Internacional de Intérpretes de Conferência), da APIC (Associação Portuguesa de Intérpretes de Conferência) e/ou com acreditação junto das instituições europeias;
 - ii. Domínio das línguas a interpretar (Português e Inglês).
6. Caso o adjudicatário considere que os recursos indicados no presente Caderno de Encargos, designadamente no seu anexo I, não são suficientes para o cumprimento dos objetivos exigidos neste caderno de encargos, deverá propor o número que considere adequado

7. Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, o adjudicatário deverá ter à sua disposição uma ampla equipa de intérpretes qualificados e profissionais a afetar ao presente contrato.
8. Todos os colaboradores que integrem a equipa a afetar ao contrato deverão ainda:
 - i. Observar as restrições de segurança definidas para as instalações onde decorrerão as reuniões da APOSCE
 - ii. Observar estritamente os deveres de sigilo que impendem sobre o adjudicatário decorrentes do presente CE, e;
 - iii. Autorização a gravação, transmissão e disponibilização futura das interpretações por parte da entidade adjudicante, nos termos a definir por esta.

Artigo 22.º

Caracterização dos espaços onde se prevê que venham a decorrer as reuniões/conferências

1. Salvo indicação da entidade adjudicante em contrário, as reuniões a ter lugar no âmbito da Sessão Anual da APOSCE decorrerão no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, sito na Rua Nova da Alfândega, no Porto.
2. O layout definitivo das salas de reuniões poderá ser alterado/adaptado pela entidade adjudicante, ficando, contudo, o adjudicatário obrigado a dar cumprimento ao previsto no presente caderno de encargos, com as necessárias adaptações.

Artigo 23.º

Qualidade da interpretação

1. O adjudicatário garante a qualidade dos seus intérpretes, afetando exclusivamente intérpretes devidamente acreditados.
2. O adjudicatário ficará responsável por todos os serviços de interpretação nas reuniões identificadas no anexo I do presente caderno de encargos.
3. O adjudicatário deverá assegurar que as equipas de intérpretes têm a qualidade e a experiência adequada para as reuniões/conferências em apreço, bem como deverá organizar-se de acordo com as diretrizes da equipa de coordenação da APOSCE.
4. Até 15 (quinze) dias antes do início das reuniões a interpretar, o adjudicatário enviará à entidade adjudicante uma lista completa com o nome dos intérpretes a afetar ao contrato, as línguas ativas e

passivas em que irão efetuar a interpretação, as reuniões a que estarão afetos e os respetivos curriculum vitae.

5. No caso de uma reunião/conferência se prolongar para além das horas definidas no anexo I do presente caderno de encargos, ou de ser necessário a interpretação de eventos/reuniões não previstas neste anexo, o adjudicatário compromete-se a garantir mais horas de interpretação, sendo a sua remuneração calculada no âmbito da componente variável do presente contrato, prevista nos artigos 4.º e 5.º do presente caderno de encargos.
6. Os intérpretes serão incluídos no regime de *coffee-breaks* assegurado pela entidade adjudicante para os delegados e comitivas participantes nas reuniões.

Artigo 24.º

Documentação das reuniões

1. A entidade adjudicante tomará todas as medidas necessárias para disponibilizar toda a documentação relativa às reuniões aos intérpretes, por via eletrónica e em suporte de papel.
2. O adjudicatário assegurar-se-á de que toda a documentação seja reservada à utilização exclusiva dos intérpretes afetos às reuniões/conferências e a todos os funcionários de apoio responsáveis pela sua distribuição e recolha.
3. No caso de ser distribuída documentação com a qualificação de confidencial, esta deverá ser devolvida finda a reunião.
4. A entidade adjudicante, oportunamente, enviará a agenda das reuniões, com a lista de participantes e todos os documentos (inclusive *power points*), que se prevê venham a ser usados na reunião, bem como nos dias da realização, as mesmas estarão disponíveis em formato papel nas cabines de interpretação.
5. No caso de projeções de filmes /vídeos, a entidade adjudicante fornecerá aos intérpretes um guião dessa projeção e garantirá que as condições técnicas (visibilidade e qualidade do som) permitem a interpretação. Se necessário, os serviços técnicos do adjudicatário poderão aconselhar sobre essas condições técnicas na fase preparatória da reunião.
6. A entidade adjudicante assegurará que os intérpretes permanentes e temporários beneficiam das mesmas condições que os participantes, no referente ao acesso ao *Wi-Fi* e às aplicações necessárias para a prestação de um serviço de interpretação de qualidade.

ANEXO I

Dia	Horas	Línguas	N.º mínimo de Interpretes (para cada dia)
Dia 29/06	1 equipa 9h30 - 18h (+ jantar 19h30-21h30)	EN <=> PT	2
Dia 30/06	1 equipa 9h - 12h30 1 equipa 9h - 10h30 (+ jantar 19h30-21h30)	EN <=> PT	4
Dia 01/07.	1 equipa 9h - 18h00 1 equipa 9h - 10h30 14h30-16h	EN <=> PT	4
Dia 02/07	1 equipa 9h - 18h00 1 equipa 9h - 11h (+ jantar 19h30-21h30)	EN <=> PT	4
Dia 03/07	1 equipa 9h - 12h00	EN <=> PT	2

ANEXO II

ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS EM SUBCONTRATAÇÃO

O presente acordo de tratamento de dados pessoais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, adiante designado RGPD), e considerada, ainda, a Lei 58/2019, de 8 de agosto, que o executa na ordem jurídica portuguesa, o qual se regerá nos termos e de acordo com as cláusulas seguintes:

Definições:

Dados Pessoais: informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Tratamento: uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Responsável pelo Tratamento: pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

Cocontratante: Pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes, definida no RGPD como *Subcontratante*.

Subcontratado: Pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo, designada no RGPD como *Outro Subcontratante*, que trate os dados pessoais por conta do Responsável do Tratamento, subcontratado pelo Cocontratante.

Cláusula 1.ª

Objeto e âmbito de aplicação

1. O presente acordo vincula o Cocontratante à Assembleia da República e estabelece, entre outras, o objeto e a duração do tratamento de dados, a relação entre a Assembleia da República e o Cocontratante, a contratação de outro subcontratado, as medidas de segurança e seu aperfeiçoamento e as cláusulas de confidencialidade inerentes ao tratamento de dados, assim como as transferências de dados e a gestão de incidentes.
2. O acordo de tratamento de dados pessoais em subcontratação será exclusivamente aplicável ao tratamento de dados pessoais subsumível à legislação sobre proteção de dados da União Europeia e complementa e faz parte integrante do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes e que tem por objeto a *“aquisição de serviços de Interpretação Simultânea para a AP-OSCE-2025”*.

Cláusula 2.ª

Duração do presente acordo

1. O presente acordo de tratamento de dados pessoais em regime de subcontratação vigorará enquanto se mantiver em vigor o contrato de prestação de serviços entre a Assembleia da República e o Cocontratante ou até tais dados serem apagados ou devolvidos, por instrução daquela.
2. O acordo de tratamento de dados pessoais em subcontratação em apreço terminará com efeitos imediatos caso cesse o contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, por qualquer forma de cessação dos contratos, seja por resolução, caducidade, revogação ou denúncia, exceto se existirem instruções em contrário da Assembleia da República.

Cláusula 3.ª

Da relação entre a Assembleia da República e o Cocontratante

1. Quando o tratamento dos dados for efetuado por sua conta, a Assembleia da República recorre apenas a cocontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.
2. Compete à Assembleia da República determinar o âmbito, finalidades e forma pela qual o Cocontratante poderá aceder ou proceder ao tratamento dos dados pessoais.
3. O Cocontratante tratará os dados pessoais somente em conformidade com as instruções documentadas que lhe forem fornecidas pela Assembleia da República, as quais se enquadram no

âmbito das previsões do acordo em apreço, nelas se incluindo o que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, caso em que informará a Assembleia da República desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

4. O Cocontratante notificará por escrito a Assembleia da República, e fundamentará, caso entenda que uma instrução que receba infringe o RGPD ou outra legislação nacional ou da União relativa à proteção de dados.
5. É responsabilidade da Assembleia da República decidir as situações notificadas no número precedente.
6. Sem prejuízo do quadro sancionatório dos artigos 82.º e seguintes, o Cocontratante que, em violação do RGPD, determine as finalidades e os meios de tratamento, é considerado responsável pelo tratamento no que respeita ao tratamento em questão.

Cláusula 4.ª

Da contratação de Subcontratado

1. O Cocontratante apenas contrata outro Subcontratado quando a Assembleia da República tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica para esse efeito.
2. O Cocontratante pede autorização à Assembleia da República de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratados, dando assim à Assembleia da República a oportunidade de se opor a tais alterações, caso entenda fazê-lo.

Caso o Cocontratante contrate outro Subcontratado para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da Assembleia da República, são impostas a esse outro Subcontratado, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou da legislação nacional, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste acordo.

3. Em particular, deverá o outro subcontratado apresentar garantias de que possui os conhecimentos especializados, fiabilidade e recursos suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento seja conforme com os requisitos impostos pelo RGPD.
4. Caso esse outro subcontratado não cumpra as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o Cocontratante que é parte neste contrato continua a ser plenamente responsável, perante a Assembleia da República, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratado.

Cláusula 5.ª

Das garantias de segurança do tratamento

1. As partes assumiram o presente vínculo jurídico reconhecendo a Assembleia da República as competências técnicas e de segurança do Cocontratante e este a possibilidade de delas dispor e poder implementar, a fim de ser levado a cabo o tratamento de dados pessoais para as finalidades definidas pela Assembleia da República.
2. A Assembleia da República e o Cocontratante deverão, assim, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, incluindo, consoante o que for adequado, nomeadamente e sem excluir outra ou outras que o tratamento exija ou venha a exigir:
 - a) A pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais;
 - b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - c) A capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
 - d) Um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
 - e) Fica ao critério do Cocontratante nos termos do presente acordo, a seleção das medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco;
 - f) Medidas para assegurarem que o acesso aos dados pessoais é restrito ao pessoal autorizado;
 - g) Ao avaliar o nível de segurança adequado devem ser considerados, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento, em particular devido à destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, e à divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento;
 - h) O cumprimento de um código de conduta aprovado conforme referido no artigo 40.º ou de um procedimento de certificação aprovado conforme referido no artigo 42.º, ambos do RGPD, pode ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no n.º 1 do artigo 32º, também do RGPD.
3. A Assembleia da República e o Cocontratante implementaram medidas que garantem que qualquer

pessoa singular que tenha acesso a dados pessoais e agindo sob a autoridade da Assembleia da República ou do Cocontratante, só procede ao seu tratamento mediante instruções daquela, exceto se tal lhe for exigido pelo direito da União ou pela legislação nacional.

Cláusula 6.ª

Do aperfeiçoamento das medidas de segurança

1. As partes reconhecem que os requisitos de segurança do tratamento de dados se encontram em permanente mudança e que uma segurança eficaz requer frequente avaliação, pelo que, o Cocontratante deverá avaliar continuamente as medidas implementadas referidas na cláusula 5.ª, n.º 2 e considerá-las um processo em constante evolução, devendo, nomeadamente, aperfeiçoar e complementar estas medidas a fim de manter a conformidade com esses requisitos.
2. As partes negociarão de boa-fé os encargos, se os houver, da implementação de mudanças materiais exigidas por requisitos específicos de segurança atualizados que resultem de alterações legislativas ou sejam impostas por autoridades competentes.
3. Do mesmo modo, sempre que seja exigível uma alteração ao presente acordo, as partes deverão de boa-fé negociá-la de modo a executar-se uma ou mais instruções da Assembleia da República para que o Cocontratante aperfeiçoe as medidas de segurança.

Cláusula 7.ª

Da legitimidade da Assembleia da República

1. Pelo presente acordo a Assembleia da República assegura ter legitimidade e base legal para fornecer os dados pessoais ao Cocontratante, por forma a que este possa proceder ao seu tratamento.
2. Compete à Assembleia da República assegurar que obteve o consentimento dos titulares de dados necessário ao tratamento, se for esta a base de licitude aplicável, e garantir o registo e gestão de tal consentimento.
3. Este consentimento deverá preencher todos os requisitos exigidos pelo RGPD, tal como previsto no artigo 4.º, 11), do RGPD, ou seja, constituir uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca.
4. Caso o consentimento seja retirado pelo titular de dados, deve a Assembleia da República comunicar esse facto ao Cocontratante, a quem compete o tratamento subsequente e em conformidade com o exercício desse direito.

Cláusula 8.ª

Da confidencialidade

1. O Cocontratante deve assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
2. Para os fins previstos no número anterior, e sem prejuízo de disposições contratuais existentes entre as partes, o Cocontratante deverá informar da natureza confidencial desses mesmos dados pessoais a todos os seus funcionários, colaboradores, agentes e/ou outros subcontratados (estes quando contratados nos termos da cláusula 4.ª) e que estejam envolvidos no tratamento de dados pessoais.
3. O Cocontratante deve assegurar que todas as pessoas referidas no número anterior assinaram um acordo de confidencialidade adequado, estão vinculados a outro tipo de dever de confidencialidade ou estão sujeitos a dever legal de sigilo.
4. O fim do presente contrato de tratamento de dados pessoais em subcontratação não exonera o Cocontratante ou outros subcontratados do seu dever de confidencialidade, o qual se mantém sem limite temporal.

Cláusula 9.ª

Transferências de dados

1. O Cocontratante deverá imediatamente notificar a Assembleia da República de quaisquer transferências temporárias ou permanentes de dados pessoais para país fora do E.E.E.- Espaço Económico Europeu - que não apresente um nível adequado de proteção.
2. Na data de celebração do presente contrato são membros do E.E.E.- Espaço Económico Europeu - os países da União Europeia, a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein, à exceção da Suíça.
3. Essa transferência deverá ser apenas efetuada após a obtenção de autorização da Assembleia da República, que poderá recusá-la na medida do seu critério que entender adotar.
4. Caso a Assembleia da República ou o Cocontratante promovam a transferência transfronteiriça de dados por meio de um mecanismo legal que seja subsequentemente modificado, revogado ou declarado inválido por uma jurisdição competente, a Assembleia da República e o Cocontratante acordam em cooperar de boa-fé no sentido de que a transferência seja concluída ou adotado um mecanismo alternativo adequado que permita fundamentar a legalidade da mesma.

Cláusula 10.ª

Da assistência à Assembleia da República

1. O Cocontratante na medida do possível e tomando em conta a natureza do tratamento, presta assistência à Assembleia da República através de medidas técnicas e organizativas adequadas, permitindo que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III do RGPD, a saber, os direitos de acesso, retificação, cancelamento, oposição, portabilidade e limitação do tratamento.
2. O Cocontratante deve ainda prestar assistência ao Responsável pelo Tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das seguintes obrigações, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor:
 - a) Notificação de uma violação de dados à autoridade de controlo;
 - b) Comunicação de uma violação de dados pessoais ao titular de dados;
 - c) Realização da avaliação de impacto sobre a proteção de dados;
 - d) Obrigação de consulta prévia decorrente da avaliação de impacto.

Cláusula 11.ª

Do destino dos dados finda a prestação de serviços

1. De harmonia com o critério ou escolha da Assembleia da República, o Cocontratante apaga ou devolve-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.
2. O Cocontratante deverá notificar todos os outros subcontratados do fim do presente contrato e assegurar que esses outros subcontratados destroem ou devolvem os dados pessoais à Assembleia da República, de harmonia com o critério ou opção que esta venha a tomar.

Cláusula 12.ª

Auditorias

O Cocontratante deve facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Assembleia da República ou, por outro auditor, por este mandatado para o efeito.

Cláusula 13.ª

Gestão de incidentes

No caso de o Cocontratante tomar conhecimento de incidente que afete o tratamento de dados pessoais deverá prontamente notificar a Assembleia da República desse facto, com ela cooperar e seguir as suas

instruções relativas a tais incidentes, de modo a permitir-lhe executar uma investigação aprofundada do incidente e responder-lhe corretivamente tomando as medidas adequadas.

1. Por “incidentes” deverá entender-se, nomeadamente:

- a) uma queixa ou pedido relativo ao exercício dos direitos dos titulares de dados, nos termos da cláusula 10.^a, n.º 1;
- b) uma investigação sob a forma de auditorias sobre a proteção de dados realizada pela autoridade de controlo nos termos do artigo 58º, n.º 1, alínea b);
- c) qualquer destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, e a divulgação ou o acesso, acidental ou ilícito, não autorizados, a dados pessoais transmitidos.

Cláusula 14.^a

Da responsabilidade do Cocontratante

O Cocontratante deverá indemnizar a Assembleia da República e assumir a responsabilidade em relação a qualquer queixas, procedimentos, queixas de terceiros, perdas, danos e encargos em que a Assembleia da República incorra e que decorram, direta ou indiretamente de violações do presente contrato e/ou legislação de proteção de dados aplicável imputáveis ao Cocontratante.

Cláusula 15.^a

Entrada em vigor

O presente contrato de tratamento de dados pessoais em subcontratação entre a Assembleia da República e o Cocontratante vigorará a partir da data para o efeito prevista no seu clausulado.

Cláusula 16.^a

Conflitos

Na eventualidade de existir um conflito entre o contrato de prestação de serviços e este acordo de tratamento de dados pessoais em subcontratação entre a Assembleia da República e o Cocontratante, este deverá prevalecer sobre o primeiro, com exceção do disposto na cláusula 18.º.

Cláusula 17.^a

Lei do contrato

O presente contrato rege-se pela lei portuguesa e pelas normas europeias diretamente aplicáveis.

Cláusula 18.ª

Foro

Na emergência de um litígio relativo à execução ou interpretação do presente acordo as partes indicam como foro competente o indicado no contrato de serviço ou, caso este seja omissivo, o Supremo Tribunal Administrativo, com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXO A

Descrição do Tratamento de Dados Pessoais

1. Finalidades

O Cocontratante realiza, por conta da Assembleia da República, atividades de tratamento de dados pessoais, com as seguintes finalidades: *“aquisição de serviços de Interpretação Simultânea para a AP-OSCE-2025”*.

2. Categorias de Dados Pessoais

Os dados pessoais tratados dizem respeito às seguintes categorias de dados:

- Identificação;
- Contacto;
- Profissionais;
- Fiscais e financeiros.

3. Categorias de titulares de dados

Os dados pessoais tratados dizem respeito às seguintes categorias de titulares:

- Assembleia da República;
- Funcionários parlamentares;
- Deputados, e;
- Funcionários dos grupos parlamentares.

4. Contacto

A Assembleia da República nomeou um Encarregado da Proteção de Dados que poderá ser contactado através de encarregado.protecao.dados@ar.parlamento.pt

